

A (FALTA DE) BASE POLÍTICA PARA O ENSAIO DESENVOLVIMENTISTA¹

André Singer

Resumo da ópera

Ato I. Na noite de 30 de abril de 2012, a presidente Dilma Rousseff dedicou o pronunciamento relativo ao Primeiro de Maio a atacar os bancos. “É inadmissível que o Brasil, que tem um dos sistemas financeiros mais sólidos e lucrativos, continue com um dos juros mais altos do mundo”, asseverou em rede nacional de rádio e TV. Do alto dos 64% de aprovação de que dispunha², afirmou confiante: “Não vamos abrir mão de cobrar com firmeza de quem quer que seja que cumpra o seu dever”. O objetivo era reduzir os ganhos do setor financeiro para garantir o crescimento da economia. O surpreendente gesto presidencial aludia à “batalha do *spread*”, etapa decisiva de uma subterrânea conflagração em curso.

Entre o segundo semestre de 2011 e o primeiro de 2012, em iniciativa de audácia inesperada, desenvolvimentistas invadiram a cidadela sagrada

¹ Este capítulo consiste em versão revista e modificada de “Cutucando onças com varas curtas”, publicado em *Novos Estudos*, n. 102, jul. 2015. O autor beneficiou-se de entrevistas com participantes dos acontecimentos, mediante garantia de anonimato, aos quais agradece. Debates, realizados entre 2014 e 2016 no Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic), e também no Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap), cujo convite se deveu a Marcos Nobre, ajudaram o desenvolvimento das ideias. Somos devedores de todos os que deles participaram e, em particular, dos economistas Luiz Carlos Bresser-Pereira, Pedro Paulo Zabluth Bastos, Leda Paulani e Fernando Rugitsky pela ajuda especializada. A responsabilidade pelas falhas, defeitos e erros, contudo, é unicamente do signatário.

² Pesquisa Datafolha “Avaliação da presidente Dilma”, realizada em 18-19 abr. 2012. Chamamos aqui de “aprovação” a soma dos eleitores que qualificaram o mandato como ótimo ou bom.

das decisões monetárias e avançaram aos saltos, pressionando instituições privadas a reduzirem os próprios lucros, com o apoio das divisões pesadas dos bancos públicos e de ousada mudança nas regras da poupança. Quando a refrega parecia ganha, abrindo caminho para os horizontes rooseveltianos vislumbrados na campanha eleitoral de 2010, o poderoso Banco Central (BC) voltou a elevar a taxa Selic (abril de 2013) e, na prática, devolveu ao mercado financeiro o controle sobre parte fundamental da orientação econômica. A decisão tornou manca a perspectiva de retomada do desenvolvimento nacional e paralisou o avanço progressista que parecia irresistível.

Ato II. Perdido o ponto de apoio que lhe permitia avançar, a proposta heterodoxa estanca. Procura preservar medidas de estímulo industrial que não dependem do crédito privado, mas percebe que pouco conseguirá evoluir remando contra a correnteza da ortodoxia monetária. Seguem-se dois anos penosos, em que o cerco a favor de reversão neoliberal completa ganha cada vez maior apoio na burguesia, na classe média tradicional, em setores da nova classe trabalhadora e até, segundo consta, entre personalidades destacadas do círculo da própria presidente. No Planalto e no Ministério da Fazenda, agora sitiados, não há nenhuma iniciativa de pedir ajuda a quem quer que seja. Resistem em silêncio, recuando rua a rua, casa a casa.

Ato III. Embora transcorrida no contexto defensivo legado pelo Ato II³, a eleição presidencial de 2014 é marcada por um discurso inflamado e promessas classistas por parte de Rousseff. Simultânea e contraditoriamente, o ministro que havia conduzido a marcha acelerada do Ato I, Guido Mantega, é demitido em plena campanha. No final, a petista vence o pleito, embora perseguida a pouca distância (três pontos percentuais) por Aécio Neves, do PSDB. Reeleita, decide fazer o contrário do prometido e ceder aos promotores do cerco que exigiam um choque recessivo. Indica conhecido economista do meio financeiro para chefiar a economia. A tentativa de acelerar o lulismo, bem representada pelo discurso do Dia do Trabalhador de 2012 inaugurador do Ato I, afinal desemboca numa das piores crises da história brasileira⁴. A antiga chefe das hostes antifinancistas, reduzida a

³ Tivemos a oportunidade de avaliar e analisar o crescimento do cerco neoliberal em artigos semanais na *Folha de S.Paulo*. Ver, por exemplo, André Singer, “Resistir ou avançar?”, 24 maio 2014, p. A2; idem, “Entre 1998 e 1999”, 7 jun. 2014, p. A2; idem, “Apertem os cintos!”, 21 jun. 2014, p. A2.

⁴ A julgar pelas estimativas do Crédit Suisse no início de 2016, a economia brasileira passaria por três anos consecutivos de recessão, “fato inédito desde 1901, início da

13% de popularidade⁵, não consegue sequer ir à televisão no Primeiro de Maio de 2015, temerosa de provocar ensurdecadores painéis país afora. Transitara do céu ao inferno em 36 meses.

Perguntas e premissas

Como entender a virada do Primeiro de Maio de 2012 para o de 2015? Por que a hábil superação da quebradeira mundial em 2008, que colocara a possibilidade de apertar o passo e “desfazer o imenso hiato de desigualdade”, cedeu à velha reapresentação do “antigo a cada momento de superação”⁶? De que maneira se desfez o sonho no bojo do qual se elegera Rousseff em 2010⁷? O propósito deste capítulo é avançar na compreensão dessas questões. Partimos da hipótese de que, sob a condução de Dilma, o lulismo apostou em uma coalizão de forças entre industriais e trabalhadores, que fracassou, afundando o navio que deveria levar o Brasil para fora da arrebentação gerada, em 2011, pelo segundo tsunami de dificuldades mundiais, isto é, a volta da crise financeira internacional iniciada em 2008.

Para situar os termos do problema, precisaremos descrever a “nova matriz econômica” posta em prática durante o primeiro mandato de Dilma, conforme

série histórica nacional”. Em 2015, a retração do PIB seria de 4%; em 2016, idem; em 2017, de 0,5 a 1%. *Folha de S.Paulo*, 7 fev. 2016, p. A-16.

⁵ Popularidade, aqui, equivale à soma de ótimo e bom. Pesquisa Datafolha “Avaliação da presidente Dilma Rousseff”, realizada em 16 e 17 de março de 2015. Em agosto de 2015, a aprovação cairia para 8%, subindo para 12% em dezembro do mesmo ano. Ver Alexandre Aragão, “Reprovação de Dilma cresce e supera a de Collor em 1992”, *Folha de S.Paulo*, 6 ago. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/08/1665135-reprovacao-de-dilma-cresce-e-supera-a-de-collor-em-1992.shtml>>. Acesso em: 13 jul. 2015; Ricardo Mendonça, “Datafolha mostra pequena recuperação da presidente”, *Folha de S.Paulo*, 19 dez. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/12/1721228-datafolha-mostra-pequena-recuperacao-da-presidente.shtml>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

⁶ Cenedic, “Desigual e combinado: capitalismo e modernização periférica no Brasil do século XXI”, projeto de pesquisa enviado ao CNPq (edital MCTI/CNPq n. 14/2013). Mimeo, 2013.

⁷ “Sonho rooseveltiano” foi expressão que utilizamos em artigo originalmente publicado às vésperas da eleição presidencial de 2010. Referia-se à ideia de que o país pudesse acelerar a redução da desigualdade no mandato presidencial a ser iniciado em 2011. Ver André Singer, “O lulismo e seu futuro”, *Piauí*, n. 49, out. 2010.

batizada por Mantega⁸, que vemos como uma espécie de “ensaio desenvolvimentista”. Antes, no entanto, convém esclarecer o uso do termo “desenvolvimentismo”, prenhe de conteúdos múltiplos e variáveis. Será que faz sentido usar categorias das décadas de 1950 e 1960 para abordar problemas dos anos 2010? Diante da globalização e da Terceira Revolução Industrial, esse vocábulo de meio século atrás ainda é analiticamente útil?

A julgar pelo debate econômico atual, o termo desenvolvimentismo ainda guarda valor heurístico⁹. Pesquisadores polemizam em torno de um novo desenvolvimentismo e de um social-desenvolvimentismo, procurando mapear as diferenças entre um e outro¹⁰. De acordo com autores social-desenvolvimentistas, por exemplo, menos investimento público e mais subsídios ao investimento privado via desonerações, resultante de certa visão teórica novodesenvolvimentista, teria contribuído para o fracasso de Dilma 1¹¹. Ao contrário disso, autores novodesenvolvimentistas atribuem os problemas ao descaso com a austeridade fiscal, o que poderia ser atribuído ao social-desenvolvimentismo¹².

⁸ Ver, por exemplo, Guido Mantega, “O primeiro ano da nova matriz econômica”, *Valor Econômico*, 19 dez. 2012, p. F3; “Brasil entrou no novo ciclo econômico do social-desenvolvimentismo”, *Valor Online*, 6 set. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega-4156829>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

⁹ Deve-se registrar que Sampaio Jr. considera todo o “desenvolvimentismo” atual muito aquém das formulações antigas em matéria de radicalidade, não sendo aceitável utilizar o velho nome. Ver Plínio de Arruda Sampaio Jr., “Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa”, *Revista Serviço Social e Sociedade*, n. 112, out./dez. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000400004&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jul. 2015.

¹⁰ Ver a respeito Pedro Paulo Zahluth Bastos, “A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo”, *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, n. esp., p. 779-810, dez. 2012; Cornel Ban, “Brazil’s Liberal Neo-Developmentalism: New Paradigm or Edited Orthodoxy?”, *Review of International Political Economy*, v. 20, n. 2, 2013; Luiz Carlos Bresser-Pereira, “Reflecting on New Developmentalism and Classical Developmentalism” (artigo no prelo, a ser publicado pela *Review of Keynesian Economics*). Para Bresser-Pereira, o social-desenvolvimentismo não teria formulado uma teoria nova, permanecendo no campo do “desenvolvimentismo clássico com forte tendência a favor do consumo imediato” (tradução de A. Singer).

¹¹ Ver, por exemplo, Laura Carvalho, “O bebê, a água e a bacia”, *Folha de S. Paulo*, 7 ago. 2015, p. A24.

¹² “Defender o crescimento é defender a boa gestão fiscal. A contabilidade criativa e as pedaladas fiscais não foram obra de economistas defensores do novo desenvolvimentismo”,

O próprio Mantega havia declarado, em 2007, que o Brasil entrara em um ciclo social-desenvolvimentista, do que se pode depreender que a nova matriz seria parte desse processo maior de mudança por ele coordenado¹³. Decidimos, então, utilizar a expressão “ensaio desenvolvimentista”, em parte para fazer justiça à própria intenção dos autores da nova matriz, em parte porque, se recorrermos a uma definição mínima, a fim de elidir a vasta e relevante discussão teórica envolvida no tema – discussão esta que nos levaria para longe do objetivo proposto, a saber, examinar fatores políticos que podem ter influenciado a derrota da “nova matriz” –, veremos que a aproximação é razoável. Observemos os itens abaixo, elencados pelo economista Ricardo Bielschowsky:

Entendemos por desenvolvimentismo [...] a ideologia de transformação da sociedade brasileira definida pelo projeto econômico que se compõe dos seguintes pontos fundamentais:

- a) a industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas do mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
- c) o planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; e
- d) o Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.¹⁴

Quando se observa o conjunto das ações contidas na “nova matriz” (ver a próxima seção), percebe-se o viés desenvolvimentista, aceitando-se a compreensão sugerida por Bielschowsky. A desobstrução de caminhos para a retomada industrial, os esforços pela industrialização integral, a crença no papel indispensável do planejamento, a desconfiança em relação às forças espontâneas do mercado, a decisão por parte do Estado de quais setores de-

escreveram Felipe Salto e Nelson Marconi, *Folha de S. Paulo*, 30 ago. 2015, *Ilustríssima*, p. 4.

¹³ “Brasil entrou no novo ciclo econômico do social-desenvolvimentismo”, *Valor Online*, 6 set. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/brasil-entrou-no-novo-ciclo-economico-do-social-desenvolvimentismo-avalia-mantega-4156829>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

¹⁴ Ricardo Bielschowsky, *Pensamento econômico brasileiro. O ciclo ideológico do desenvolvimentismo* (Rio de Janeiro, Contraponto, 1995), p. 7.

vem se expandir e o papel público no financiamento dessa expansão – todos estiveram presentes no plano Dilma. Talvez o ponto dissonante seja o que diz respeito ao final do item d: a promoção de “investimentos diretos nos setores em que a iniciativa privada seja insuficiente”. Conforme destaca o economista Pedro Cezar Dutra Fonseca, “o desenvolvimentismo é um tipo de intervencionismo”, no qual “caberia ao Estado investir em infraestrutura”¹⁵.

Embora reconhecendo a pertinência das dúvidas que o uso da palavra desenvolvimentismo suscita, decidimos manter a expressão “ensaio desenvolvimentista” para ressaltar o que nos parece a marca da nova matriz: ativismo estatal¹⁶ na busca da reindustrialização¹⁷. *A vantagem de utilizá-la está em denotar o viés antiliberal da experiência dilmista*. É aceitável que, no futuro, bem vista a “verdade efetiva da coisa”, mais do que a “imaginação em torno dela”, como diria Maquiavel¹⁸, se conclua que a nova matriz não foi rigorosamente desenvolvimentista. Ficamos, todavia, protegidos pelo vocábulo “ensaio”, que remete tanto ao caráter efêmero da experiência quanto ao seu contorno vago. Como recorda a economista Leda Paulani, “economia é política, por implicar escolhas”¹⁹. Dilma fez escolhas antiliberais, o que lhe custou caro, conforme se verá. Isto é o fundamental.

Avanço rápido, recuo prolongado: a cronologia da nova matriz

Após primeiro semestre típico, até certo ponto esperado no início de qualquer mandato presidencial – restrição orçamentária²⁰, ajustes ministeriais etc. –,

¹⁵ Pedro Cezar Dutra Fonseca, “Prejuízo conceitual”, *Folha de S.Paulo*, 6 mar. 2016, Ilustríssima, p. 4.

¹⁶ Retirei a expressão “ativismo estatal” de Cornel Ban, “Brazil’s Liberal Neo-Developmentalism”, cit., p. 23, usando-a, porém de maneira livre, sem relação com o argumento do autor.

¹⁷ É possível que a nova matriz tenha sido, na prática, mistura de elementos do social-desenvolvimentismo e do novo desenvolvimentismo.

¹⁸ Nicolau Maquiavel, *O príncipe* (São Paulo, Penguin Classics-Companhia das Letras, 2010), p. 97.

¹⁹ Leda Paulani, “Alta dos juros atende só ao mercado e sacrifica população”, *Folha de S.Paulo*, 5 jun. 2015, p. A13.

²⁰ Deve-se registrar que, para uma parte dos economistas, a restrição orçamentária foi excessiva nessa fase e determinou o curso ulterior da nova matriz. Guido Mantega, contudo, afirma que “foi muito importante a elevação do resultado primário de

no inverno de 2011 a segunda fase da crise financeira internacional interrompeu a normalidade do governo. Entre 4 e 5 de agosto, mercados ao redor do globo reviveram os momentos agitados de 2008. Fuga em massa para títulos norte-americanos e alemães, rebaixamento da dívida pública dos Estados Unidos pela Standard & Poor’s, turbulência nas principais bolsas e pânico nas mesas de operação financeira produziram a sensação de reprise do vivido três anos antes. Desta feita, contudo, o epicentro ficou longe de Wall Street, indo parar no continente europeu. Sucederam-se ataques às moedas da Itália, da Espanha e até da França, “alvo dos especuladores financeiros em função de indicadores pouco sólidos para o mercado”²¹.

As nações europeias credoras, lideradas pela Alemanha, passam a desenhar e impor conduta recessiva aos devedores, em particular Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda, provocando redução geral e prolongada das atividades na zona do euro. Resultado: em 2014, a região ainda tinha produto menor que o de 2008. Pior. A vaga contracionista acaba por contaminar o resto do mundo e, em 2012, a China decide diminuir, igualmente, as taxas de expansão. De dois dígitos, entre 2001 e 2007, esta cai para 6,9% em 2015²². O crescimento mundial declina de 4,1%, em média ao ano, entre 2000-2008, para 2,9%, de 2009 a 2014²³.

A exemplo do que havia feito em 2008, o governo brasileiro procura sustentar o ritmo de crescimento local. Mais do que isso, vê a oportunidade de colocar em prática a nova matriz, que vinha sendo preparada desde a substituição de Henrique Meirelles por Alexandre Tombini no Banco Central

2011 para dar respaldo à redução de juros”. Guido Mantega, “O primeiro ano da nova matriz econômica”, *Valor Econômico*, 19 dez. 2012, p. F3. Mais tarde, porém, Mantega parece também ter se arrependido do tamanho do ajuste (ver nota 63).

²¹ Dieese, “A crise econômica mundial e as turbulências recentes”, *Nota técnica*, n. 104, ago. 2011. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/notatecnica/2011/notaTec104CriseEconomica.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

²² Em 2014, a China cresceu 7,4%. Ver Sergio Lamucci, “Crescimento da China é mais lento, mas mais seguro, avalia FMI”, *Valor Econômico*, 14 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/4180884/crescimento-da-china-e-mais-lento-mas-mais-seguro-avalia-fmi>>. Acesso em: 13 set. 2015.

²³ Marcio Pochmann, “Seis anos após início da crise, economia mundial segue fragilizada”, *Rede Brasil Atual*, 6 fev. 2015. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2015/02/restricoes-ao-crescimento-482.html>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

(BC) (novembro de 2010)²⁴. Cálculos mostravam que, para continuar as reformas graduais do lulismo, era preciso que o PIB crescesse cerca de 5% ao ano²⁵. A perda de velocidade eliminaria a margem necessária para combater a pobreza. Dentre as ações adotadas por Dilma, destacam-se as seguintes²⁶:

1. *Redução dos juros*. Apresentada como mudança “estrutural” e “fundamental” por Mantega, “a colocação das taxas de juros em níveis normais para uma economia sólida e com baixo risco”²⁷ foi a principal batalha da nova matriz. O BC minorou a taxa básica de juros de 12,5% para 7,25% ao ano entre agosto de 2011 e abril de 2013, tendo a taxa Selic alcançado o valor mais baixo desde a sua criação em 1986²⁸. Considerando-se a inflação de 6,59%, acumulada em 12 meses, o juro real chegou a menos de 1% ao ano no final do ciclo (abril de 2013)²⁹. De campeão mundial de juros, o Brasil passou a ter “níveis considerados baixos”³⁰, compatíveis com os praticados nos centros capitalistas. Para “normalizar” ainda mais o custo do crédito, o Executivo pressionou os bancos privados a baixarem também os *spreads*.

²⁴ “A recaída da crise internacional ocorrida a partir do segundo semestre de 2011 teve severo impacto sobre a atividade econômica. Nesse quadro, abriu-se a oportunidade de avançarmos definitivamente na queda dos juros, sem colocar em risco a inflação e ainda diminuindo os impactos da crise externa sobre o Brasil”. Guido Mantega, “O primeiro ano da nova matriz econômica”, cit.

²⁵ Ver a respeito, André Singer, *Os sentidos do lulismo. Reforma gradual e pacto conservador* (São Paulo, Companhia das Letras, 2012), p. 160.

²⁶ Tenta-se aqui uma síntese de centenas de iniciativas tomadas pelo governo no período. Apenas o Plano Brasil Maior, política industrial lançada em agosto de 2011, previa 287 medidas em sua versão original, segundo César Mattos (Instituto Braudel), “O que é o Plano Brasil Maior?”, *Brasil: economia e governo*, 23 out. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil-economia-governo.org.br/2013/10/23/o-que-e-o-plano-brasil-maior/>>. Acesso em: 1 ago. 2015.

²⁷ Guido Mantega, “O primeiro ano da nova matriz econômica”, cit.

²⁸ Dados do Banco Central. Disponível em: <www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS>. Acesso em: 14 jul. 2014. Para comparação com 1986, ver *Folha de S. Paulo*, 30 dez. 2012, p. A6.

²⁹ Para os dados de juros reais, ver Paulo Donizetti de Souza, “Taxa real de juros é a menor da história, mas mercado ainda pressiona por alta”, *Rede Brasil Atual*, 18 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/blogs/blog-na-rede/2013/04/taxa-real-ainda-e-a-menor-da-historia-mas-mercado-ainda-pressiona-por-alta>>. Acesso em: 14 jul. 2015.

³⁰ Dieese, “A inflação e os juros”, *Nota técnica*, n. 122, abr. 2013. Disponível em: <www.dieese.org.br/notatecnica/2013/notaTec122inflacao.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2015.

Em complemento, Dilma alterou as regras de remuneração da caderneta de poupança em maio de 2012, de modo a permitir que o BC seguisse na redução da Selic.

2. *Uso intensivo do BNDES*. O BNDES estabeleceu robusta linha de crédito subsidiado para o investimento das empresas por meio de repasses recebidos do Tesouro. O primeiro aporte, de R\$ 100 bilhões, havia ocorrido em 2009, mas teve expansão significativa no primeiro mandato de Dilma, chegando a R\$ 400 bilhões. Foi, assim, potencializado o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), dirigido à “produção, aquisição e exportação de bens de capital e inovação tecnológica”³¹.

3. *Aposta na reindustrialização*. Em agosto de 2011, Dilma lança o Plano Brasil Maior, política industrial para “sustentar o crescimento econômico inclusivo num contexto econômico adverso”³². São 287 medidas que vão da redução do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) sobre bens de investimento à ampliação do MEI (Microempreendedor Individual). A proposta era que o BNDES investisse quase R\$ 600 bilhões na indústria até 2015³³.

4. *Desonerações*. Em abril de 2012 é anunciada a desoneração da folha de pagamentos para 15 setores intensivos em mão de obra. No seu auge, em 2014, a desoneração atingiria 42 setores e pouparia cerca de R\$ 25 bilhões anuais aos empresários³⁴. A “carga fiscal elevada” era vista como uma das “grandes distorções na economia”³⁵. Cumpre mencionar, também, a desoneração

³¹ “Programa de Sustentação do Investimento terá mais R\$ 50 milhões em 2014”, *Portal Brasil*, 31 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2013/12/programa-de-sustentacao-do-investimento-tera-mais-r-50-milhoes-em-2014>>. Acesso em: 1 ago. 2015. Por lapso de revisão, o título saiu errado, mas a notícia, corretamente, afirma que “o governo federal ampliou o limite de financiamentos subvencionáveis pela União em R\$ 50 bilhões”.

³² Disponível em: <<http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/128>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

³³ “BNDES pretende investir R\$ 597 bi na indústria até 2015”, *Veja online*, 19 abr. 2012. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/noticia/economia/bndes-pretende-investir-r-597-bi-na-industria-ate-2015/>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

³⁴ “Essa brincadeira nos custa R\$ 25 bilhões por ano”, diria mais tarde o ministro Joaquim Levy (27 fev. 2015). Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/02/brincadeira-da-desoneracao-se-mostrou-extremamente-cara-diz-levy.html>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

³⁵ Guido Mantega, “O primeiro ano da nova matriz econômica”, cit. Os social-desenvolvimentistas foram críticos à medida, atribuindo à “desoneração fiscal de

do IPI e do PIS/Cofins (Programa de Integração Social/Contribuição para Financiamento da Seguridade Social) sobre bens de investimento, o Reintegra (Regime Especial de Reintegração dos Valores Tributários para as Empresas Exportadoras) e o estabelecimento de novo regime tributário para a cadeia automotiva.

5. *Plano para infraestrutura.* Em agosto de 2012, é lançado o Programa de Investimentos em Logística (PIL), pacote de concessões para estimular a inversão em rodovias e ferrovias. A primeira fase do PIL previa aplicação de R\$ 133 bilhões.

6. *Reforma do setor elétrico.* Em setembro de 2012, é editada a Medida Provisória 579, com o objetivo de baratear em 20% o preço da eletricidade, reivindicação da indústria para reduzir os custos e ganhar competitividade em relação aos importados. Só que a MP alterava as regras do jogo com respeito às companhias concessionárias de energia. Contratos que venceriam em 2015 e 2017 foram antecipados para retirar das tarifas o “repasse dos investimentos já amortizados”³⁶. Um dos efeitos foi provocar a diminuição do valor de mercado das empresas envolvidas, o que causou perdas aos investidores³⁷. Exemplo: o Fundo Skagen (norueguês) tinha participação que valia R\$ 1,3 bilhão na Eletrobras no começo de 2012 e depois do pacote passou a valer R\$ 740 milhões (embora a causa da queda não tenha sido apenas a MP 579). O Skagen reagiu ao recuo do preço das ações que possuía com a seguinte declaração bombástica ao *Financial Times*: “Vemos isso como uma forma de nacionalização de propriedade,

mais de 100 bilhões concedida pelo governo às grandes empresas”, com poucos resultados, parte das causas do desequilíbrio fiscal que seria pretensamente combatido pelo ajuste de Joaquim Levy mais tarde. “Manifesto pela mudança na política econômica e contra o ajuste”. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/181671/Manifesto-desafia-ajuste-em-'Dia-D'-no-Congresso.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2015.

³⁶ “Conta de luz será 16,2% a 28% menor, Dilma diz que pode cair mais em março”, *UOL*, 11 set. 2012. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/redacao/2012/09/11/conta-de-luz-sera-162-a-28-menor-mas-dilma-diz-que-pode-cair-mais-em-marco.jhtm>>. Acesso em: 14 ago. 2015.

³⁷ Conforme assinala o economista Luiz Gonzaga Belluzzo, “o modelo elétrico brasileiro é todo financeirizado”. Anna Beatriz Anjos e Glauco Farias, “Entrevista com Luiz Gonzaga Belluzzo”, *Revista Fórum*, 21 jan. 2015. Disponível em <<http://www.revistaforum.com.br/blog/2015/01/belluzzo-regra-da-economia-de-hoje-e-o-povo-que-se-lixe/>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

então é mais ou menos o que vimos na Venezuela e Argentina”, disse o executivo Kristian Farnes³⁸.

7. *Desvalorização do real.* Posto por Mantega como uma das “grandes distorções” da economia brasileira, o câmbio valorizado foi outro objeto da nova matriz, pois “agravava as dificuldades da indústria nacional”³⁹. A partir de fevereiro/março de 2012, o BC agiu para desvalorizar a moeda de, aproximadamente, R\$ 1,65 por dólar, patamar no qual se encontrava ao final do segundo mandato de Lula, para R\$ 2,05, alcançado em maio de 2012, numa queda de 19,52%.

8. *Controle de capitais.* Com o objetivo de impedir que a entrada de dólares valorizasse o real, prejudicando a competitividade dos produtos brasileiros, foram tomadas providências de controle sobre os fluxos de capital estrangeiro, conforme a seguinte descrição:

Desde janeiro de 2011, o BCB [Banco Central do Brasil] e o Ministério da Fazenda recorreram não somente a alterações das alíquotas do IOF sobre os investimentos estrangeiros de portfólio, mas também impuseram esse mesmo tipo de controle de capital sobre as captações externas, inclusive sobre empréstimos intercompanhias. Adicionalmente, acionaram dois novos instrumentos regulatórios: (a) a regulação financeira prudencial, ao impor recolhimento compulsório sobre as posições vendidas dos bancos no mercado de câmbio à vista; e (b) a regulação das operações com derivativos cambiais, ao impor IOF de 1% sobre as posições líquidas vendidas nesses derivativos acima de US\$ 10 milhões⁴⁰.

9. *Proteção ao produto nacional.* A fim de favorecer a produção interna, em setembro de 2011 elevou-se em trinta pontos percentuais o IPI sobre os veículos importados ou que tivessem menos de 65% de conteúdo local. Em fevereiro de 2012, a Petrobras fechou acordo para alugar 26 navios-sondas a serem construídos no Brasil, com 55% a 65% de conteúdo nacional. Em

³⁸ “Fundo norueguês reduz participação na Eletrobras, e compara Brasil com Venezuela”, *UOL*, 27 nov. 2015. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2012/11/27/fundo-noruegues-reduz-participacao-na-eletobras-e-compara-brasil-com-venezuela.htm>>. Acesso em: 14 ago. 2015. Agradeço a Ricardo Mendes Ribeiro por ter me chamado a atenção para o papel catalisador da reforma no setor elétrico.

³⁹ “Não é exagero dizer que o Brasil estava viciado em juros altos e câmbio valorizado”. Guido Mantega, “O primeiro ano da nova matriz econômica”, cit.

⁴⁰ Rafael Fagundes Cagnin et al., “A gestão macroeconômica do governo Dilma (2011-2012)”, *Novos Estudos*, n. 97, nov. 2013, p. 178.

junho de 2012, foi lançado o Programa de Compras Governamentais, beneficiando o setor de máquinas e equipamentos, veículos e medicamentos, também com regras para favorecer a produção nacional. Em setembro de 2012, foram aumentados os impostos de importação de cem produtos, entre eles pneus, móveis e vidros⁴¹.

É possível perceber nessas medidas a ousadia intervencionista. Em artigo publicado no calor da hora, o ex-ministro Luiz Carlos Bresser-Pereira notava a dimensão do plano. A presidente “certamente pensa em liderar um projeto nacional com amplo apoio da sociedade” e tem disposição para enfrentar os nós górdios da situação nacional, a saber, “a armadilha da alta taxa de juros e do câmbio sobreapreciado”, escreveu⁴². Diante do domínio das teses mercadistas a partir dos anos 1980, com a interdição que se impôs às alternativas, o programa efetivado por Dilma foi audaz, não obstante possa sofrer reparos pontuais. Na visão do próprio Bresser-Pereira, expoente do “novo desenvolvimentismo”, o real teria que ser *mais* desvalorizado, de modo a tornar a indústria brasileira efetivamente competitiva. Bresser falava, na época, em puxar o dólar para R\$ 2,75, quando só chegou a R\$ 2 na mididesvalorização promovida pela nova matriz⁴³. O economista Pedro Paulo Bastos, por sua vez, afinado com o “social-desenvolvimentismo”, critica a falta de investimento público:

Política anticíclica boa seria parecida com a de 2009: imagina se o governo perseguisse superávit primário elevado ou meramente aumentasse subsídios em 2009! A política anticíclica ali contou com forte aceleração do gasto público e particularmente do investimento, o que incentiva diretamente a demanda efetiva.⁴⁴

⁴¹ Júlia Borba, “Gestão Dilma decide elevar imposto de 100 itens importados”, *Folha de S.Paulo*, 5 set. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/64612-gestao-dilma-decide-elevar-imposto-de-100-itens-importados.shtml>>. Acesso em: 7 jul. 2015.

⁴² Luiz Carlos Bresser-Pereira, “O governo Dilma frente ao ‘tripé macroeconômico’ e à direita liberal e dependente”, *Novos Estudos*, n. 95, mar. 2013, p. 10.

⁴³ Idem. Mais tarde, em função da piora das condições políticas e econômicas, o dólar voltou a subir, chegando a R\$ 3,40 no final de julho de 2015, mas o contexto já era outro.

⁴⁴ Ligia Guimarães, “Para professor da Unicamp, ajuste em meio à recessão é contraproducente”, *Valor Econômico*, 6 ago. 2015. Disponível em: <<http://jornalggm.com.br/noticia/para-professor-da-unicamp-ajuste-em-meio-a-recessao-e-contraproducente>>. Acesso em: 15 ago. 2015.

Mesmo que eventualmente justas, os reparos não desmentem que, em face do reformismo fraco até então vigente, a nova matriz implicava comprar brigas inéditas, podendo acelerar o pacto conservador lulista⁴⁵. Já com a ascensão de Guido Mantega ao Ministério da Fazenda, em 2006, começara a construção de condições para maior ativismo estatal⁴⁶. Em 2007, a partir do lançamento do PAC, o Estado desperta da letargia e busca meios para alavancar o crescimento. Em 2008, os bancos públicos adquirem papel crucial na reorganização produtiva, representando poderosas alavancas de indução da iniciativa privada. Em 2009 e 2010, com a incorporação de incentivos fiscais seletivos ao arsenal de instrumentos disponíveis, o poder Executivo começara a manejar alavancas antes bloqueadas. A ascensão de Tombini no lugar de Meirelles, em 2011, incorporava o BC à perspectiva da nova matriz e concluía os preparativos para o salto de qualidade.

Porém, se, desse ângulo, há continuidade entre Lula e Dilma, do ponto de vista político ocorre uma mudança relevante. Enquanto Lula foi conciliador, Dilma decide entrar em combate com frações de classe poderosas e resistentes. Ao reduzir os juros e forçar os *spreads* para baixo, Dilma tensionou o pacto estabelecido com o setor financeiro. Uma barreira foi rompida. “Finalmente”, aplaudiu o industrial Benjamin Steinbruch em outubro de 2012, o Brasil entrava “na era dos juros civilizados”⁴⁷.

Além de enfrentar o núcleo do capital, o governo decidiu publicizar o tema, o que estava igualmente fora do *script* lulista. Em fevereiro de 2012, o boletim do Ministério da Fazenda afirmava que o *spread* no Brasil era “elevado na comparação com outras economias”. Destacava que a expectativa era que caísse “devido ao ciclo de queda dos juros” iniciada em agosto do ano anterior⁴⁸. Duas semanas mais tarde, Tombini aumentaria a carga. Em audiência na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, ele declara que a redução do *spread* era “prioridade de governo” e “determinação” da

⁴⁵ Para a ideia de reformismo fraco, ver André Singer, *Os sentidos do lulismo*, cit., cap. 4.

⁴⁶ Sobre as diferentes fases dos governos Lula, ver ibidem, em especial, p. 148-55.

⁴⁷ Benjamin Steinbruch, “País diferente”, *Folha de S.Paulo*, 9 out. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/benjaminsteinbruch/2012/10/1166305-pais-diferente.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

⁴⁸ Alexandre Martello, “‘Spread’ dos bancos é elevado frente a outras economias, diz Fazenda”, *G1, Economia*, 13 fev. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/02/spread-dos-bancos-e-elevado-frente-outras-economias-diz-fazenda.html>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

presidente da República⁴⁹. Já não se tratava de expectativa genérica inserida em publicação ordinária de ministério. A diminuição dos ganhos por parte dos bancos tornava-se *ordem* emanada do topo do poder Executivo. Transmido por funcionário de alta graduação, o recado não poderia ser mais claro: o Estado se arrogava o direito de intervir na quintessência do capitalismo, a saber, o lucro.

Quinze dias depois, foi a vez de Guido Mantega elevar a temperatura. Diante da mesma comissão senatorial, o titular da Fazenda chama os *spreads* de “absurdos” e reitera que o poder Executivo os faria cair. “Os *spreads* subiram muito no ano passado com medidas restritivas. Estamos em um trabalho para que sejam reduzidos. Eles serão reduzidos.”⁵⁰ O braço de ferro encoberdo vira desafio aberto. Volvida a quinzena seguinte, a própria presidente sai a campo. No lançamento do segundo pacote de proteção à indústria nacional, Dilma afirma ser difícil explicar tecnicamente o nível dos *spreads* no país e que desejava “*spreads* menores”. Vai adiante: declara possuir os “instrumentos” para que as empresas tivessem “acesso a um custo de capital menor”⁵¹ e, ato contínuo, aciona o Banco do Brasil para que reduza os próprios *spreads*, provocando rebuliço no mercado. “O Banco do Brasil fez uma redução agressiva nos juros e elevou os limites de várias linhas de crédito para empresas e consumidores com o objetivo de acirrar concorrência com Itaú, Bradesco e Santander e estimular a economia”, informava a *Folha de S. Paulo*⁵² pouco depois. Em menos de uma semana, a Caixa Econômica Federal adotava procedimento similar.

⁴⁹ Idem, “Queda do ‘spread’ bancário é determinação de Dilma, diz Tombini”, *GI, Economia*, 28 fev. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/02/queda-do-spread-bancario-e-determinacao-de-dilma-diz-tombini.html>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

⁵⁰ Agência Estado, “Spreads são um absurdo e serão reduzidos, diz Mantega”, *GI, Economia*, 13 mar. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/03/spreads-sao-um-absurdo-e-serao-reduzidos-diz-mantega.html>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

⁵¹ Priscilla Mendes, “Para facilitar crédito, Dilma defende diminuição do ‘spread’ bancário”, *GI, Economia*, 3 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2012/04/para-facilitar-credito-dilma-defende-diminuicao-do-spread-bancario.html>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

⁵² Toni Sciarretta, “Sob pressão de Dilma, BB diminui juros”, *Folha de S. Paulo*, 5 abr. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/35397-sob-pressao-de-dilma-bb-diminui-juros.shtml>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

Ameaçados de perder faixas do mercado, os bancos privados se movimentam. Em 10 de abril, o presidente da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Murilo Portugal, viaja a Brasília com uma lista de vinte reivindicações para reduzir os *spreads*. O elenco de condições, entregue ao então secretário-executivo da Fazenda, Nelson Barbosa, ia da diminuição dos impostos incidentes sobre as transações financeiras até a minoração do depósito compulsório fixado pelo Banco Central, passando pela regulamentação do cadastro positivo, que daria vantagens aos bons pagadores⁵³.

A resposta do Ministério da Fazenda não poderia ter sido mais eloquente. Mantega afirma que “em vez de apresentar soluções, anunciando aumento de crédito, [a Febraban] veio fazer cobrança de novas medidas do governo. Se os bancos são tão lucrativos, e isto está nos dados, eles têm margem para reduzir a taxa de juros e aumentar o volume do crédito”. Como se não bastasse, disse ainda:

Existem condições para que os bancos brasileiros deixem de ser os campeões de *spread* do mundo. Eles deveriam também baixar a taxa de juros. Existe possibilidade para isso. A lucratividade dos bancos tem sido muito elevada. No ano passado, os bancos brasileiros foram entre os mais lucrativos do mundo.⁵⁴

Para que não houvesse dúvida, mostrou os números: “A taxa de captação [quanto as instituições pagam pelos recursos] é de, no máximo, 9,75% ao ano. Estão captando a 9,75% e emprestando a 30%, 40%, 50% ou 80% ao ano dependendo das linhas de crédito. Essa situação não se justifica”. Compreende-se que, daí em diante, derrubar Mantega tenha se convertido em meta permanente no meio financeiro.

Em abril de 2012 a Febraban finalmente recuou. Os jornais divulgaram que Murilo Portugal ligara a Barbosa para pedir desculpas e a entidade deixou vaziar que preparava a diminuição dos *spreads*. “O diagnóstico dos bancos é que, se não fizerem nada para reduzir as taxas, vão perder clientes

⁵³ Wellton Máximo, “Febraban apresenta sugestões para reduzir inadimplência e spread”, *Agência Brasil*, 10 abr. 2012. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-04-10/febraban-apresenta-sugestoes-para-reduzir-inadimplencia-e-spread>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

⁵⁴ Alexandre Martello, “Bancos privados têm margem para reduzir juros, diz Mantega”, *GI, Economia*, 12 abr. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/04/bancos-tem-margem-para-reduzir-juros-diz-mantega.html>>. Acesso em 12 jun. 2015.

para instituições públicas, sobretudo no atendimento a empresas”, relatava a *Folha de S. Paulo*⁵⁵. Foi nesse clima triunfante que Dilma fez a alocação de Primeiro de Maio citada na abertura desde capítulo. Nela, aproveitou para cravar que os bancos seguiam “lógica perversa”.

Os meses seguintes trouxeram boas notícias para a nova matriz. Em maio, a presidente alterou as regras de remuneração da poupança, de modo a permitir que o BC continuasse a reduzir a Selic. Como se trata de instrumento tradicional da economia popular, mexer com a caderneta sempre envolve riscos. Dilma mostrou coragem ao diminuir o rendimento, sem perda de apoio da população. No final do mês, confiante, Guido ameaçava: “Os bancos públicos tem 44% do mercado interno. Isso se chama concorrência. Se eles [bancos privados] bobear, a concorrência vai pegar os clientes”⁵⁶. Em setembro, dando um passo adiante, declara que os juros cobrados pelos bancos nos cartões de crédito eram “escorchantes” e, igualmente, precisavam diminuir⁵⁷. No final do mês, por fim, o BC anuncia que a taxa média de juros bancários nas operações com pessoas físicas tinha se tornado a menor “de toda a série histórica da instituição”⁵⁸. A batalha do *spread* fora vencida pelo governo.

⁵⁵ Sheila D’Amorim e Toni Sciarretta, “Bancos recuam e preparam juro menor”, *Folha de S. Paulo*, 18 abr. 2012, p. B1.

⁵⁶ Fernando Rodrigues e Valdo Cruz, “Mantega quer que bancos baixem juros em até 40%”, *Folha de S. Paulo*, 27 maio 2015, p. A4.

⁵⁷ Raquel Landim, “Mantega diz que juros do cartão de crédito são ‘escorchantes’”, *O Estado de S. Paulo*, 15 set. 2012. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,mantega-diz-que-juros-do-cartao-de-credito-sao-escorchantes,126913>>. Acesso em: 11 jul. 2015.

⁵⁸ Fabíola Glenia, “Sob pressão, bancos reduzem juros; veja as taxas médias cobradas”, *G1, Economia*, 29 set. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/seu-dinheiro/noticia/2012/09/sob-pressao-bancos-reduzem-juros-veja-taxas-medias-cobradas.html>>. Acesso em: 12 jun. 2015. Dois dos três maiores bancos privados em atuação no Brasil tiveram queda de lucros em 2012 em relação a 2011: Itaú Unibanco (7% a menos) e Santander (5% a menos). O Bradesco teve alta de 3%. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/negocios/noticias/os-13-maiores-lucros-dos-bancos-brasileiros-em-2012>>. Acesso em: 6 ago. 2015. Levando-se em conta os ganhos dos três maiores bancos de capital aberto (Banco do Brasil, Itaú e Bradesco), 2012 interrompeu uma série de quinze anos em que os lucros aumentavam de ano para ano, segundo estudo da consultoria Economatica. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/negocios/noticia/2013/03/2012-interrompe-sequencia-de-15-anos-de-lucro-crescente-de-bancos.html>>. Acesso em: 6 ago. 2015.

O ambiente geral se encontrava igualmente favorável aos governistas. Em outubro, tendo apenas 4,6% de desemprego e a renda dos trabalhadores em alta, o PT ganha a eleição na cidade de São Paulo com Fernando Haddad – jovem político cujo perfil lembrava o da própria Dilma. O desempenho petista nos pleitos municipais fazia crer que a aceleração do lulismo ia de vento em popa. O Planalto preparou-se para encerrar 2012 com chave de ouro. Reduzir o preço da eletricidade atendia à indústria – era reivindicação lançada pela Fiesp em 2011 – e simultaneamente fazia um gesto à população pobre, para a qual o peso relativo da energia é relevante. Parecia o fecho ideal para consolidar a coalizão industrial-popular.

O ensaio desenvolvimentista chegava ao auge. BNDES capitalizado e disponível para financiar a produção, assim como os bancos comerciais, algum controle sobre o fluxo de capitais, o real menos valorizado, a desoneração da folha de pagamentos em curso, a obrigatoriedade de conteúdo local em setores estratégicos e as encomendas da Petrobras, as compras governamentais e as tarifas alfandegárias voltadas para a produção nacional, o programa de investimento em infraestrutura lançado, o aumento do limite de endividamento dos Estados estabelecido. A lista fala por si.

Radiante, Dilma foi à TV em 23 de janeiro de 2013 para anunciar que acabava de “assinar o ato que coloca em vigor, a partir de amanhã, uma forte redução na conta de luz de todos os brasileiros”. Se o Primeiro de Maio foi o rufar dos tambores, o 23 de janeiro consistiu no dia de glória.

É a primeira vez que isso ocorre no Brasil [redução na conta de luz], mas não é a primeira vez que o nosso governo toma medidas para baixar o custo, ampliar o investimento, aumentar o emprego e garantir mais crescimento para o país e bem-estar para os brasileiros. Temos baixado juros, reduzido impostos, facilitado o crédito e aberto, como nunca, as portas da casa própria para os pobres e para a classe média. Ao mesmo tempo, estamos ampliando o investimento na infraestrutura, na educação e na saúde e nos aproximando do dia em que a miséria estará superada no nosso Brasil,

falou a mandatária. Foi o ponto alto do seu quatriênio inicial.

O clímax antecedeu, contudo, rápido ocaso. Poucos dias depois de Dilma colocar na coroa a joia do setor elétrico reformado, rompia-se a base do experimento. Aproveitando-se de subida ocasional de preços em janeiro, Tombini, em conversa com a jornalista Miriam Leitão em 7 de fevereiro, deixa escapar que a inflação estava “mostrando uma resiliência forte” e que a situação não era “confortável”. Diante da pergunta fatal sobre se era

necessário mudar a política monetária, responde que o BC estava atento a tudo⁵⁹. Foi o suficiente para que os investidores passassem a apostar na alta dos juros, o que significava demolir a viga do projeto dilmista. Usar a política monetária para segurar a inflação – senha da direção neoliberal –, justo quando a redução de custos ao tomador finalmente se completava, significava desmontar a casa recém-reformada.

Numa atitude rara, o ministro da Fazenda interveio publicamente para tentar salvar o plano. Em entrevista à Reuters, 24 horas depois, garantiu que não havia motivo para alarme com a inflação e expôs a divergência com Tombini: “A opinião dele pode ser diferente da minha”. Algumas semanas mais tarde, em viagem à África do Sul, Dilma em pessoa foi a campo reforçar a posição de Mantega. Disse não acreditar “em políticas de combate à inflação que olhem a redução do crescimento econômico”. Mas, diante da reação do mercado, o qual entendeu, corretamente, que a presidente queria intervir na Selic, ela foi obrigada no mesmo dia a se desmentir. O vaivém africano mostrava que fortes correntes reordenavam as forças submersas.

Em 18 de abril, apesar de Mantega continuar assegurando que a inflação estava em queda, o Banco Central iniciava o ciclo de alta de juros que só se encerrou dois anos e meio mais tarde, quando tudo estava perdido⁶⁰. Num átimo, a situação mudara. Ao elevar sistematicamente a Selic, restabeleceu-se a dualidade típica anterior ao ensaio, na qual a Fazenda buscava meios de fazer a economia deslanchar e o BC apostava na contração, carreando recursos para os rentistas. A partir daí a nova matriz oferece resistência surda, crescentemente enfraquecida, à pressão em favor de um choque recessivo completo. Nos meses seguintes, além do aumento contínuo dos juros, o corte no investimento público, o aumento da taxa de retorno nas concessões,

a diminuição das restrições ao capital especulativo e as privatizações na área de transportes foram pontilhando a volta atrás⁶¹.

É verdade que, do ponto de vista objetivo, um pequeno surto inflacionário⁶² e um crescimento de apenas 0,9% do PIB em 2012 (de acordo com a metodologia antiga; 1,8% pela metodologia nova), bem como a ausência de aumento nos investimentos, indicavam que a nova matriz tinha problemas. *A posteriori*, Mantega faria uma autocrítica com relação à contração excessiva – gastos públicos baixos e juros altos – do primeiro semestre de 2011. “Fizemos o aperto em 2011 supondo que a economia mundial já estava em recuperação”, o que não se revelou verdadeiro, pois a crise foi em W (com último vértice de crescimento ainda não bem caracterizado quando este texto é concluído – abril de 2016) e não em V⁶³. Mas até o início do ciclo de alta dos juros havia esperança de que as medidas tomadas a partir de meados de 2011 dessem resultado em 2013.

Mesmo com a elevação dos juros, em alguma medida, a previsão deu certo. Os estímulos estabelecidos ao longo de 2011/2012, e os investimentos realizados para a Copa do Mundo de 2014, garantiram crescimento de 2,3% em 2013 (pela metodologia antiga; 2,7% pela nova). O índice passou longe dos números desejados, *mas permitiu manter o nível de emprego e os ganhos salariais dos trabalhadores no terceiro ano do governo Dilma*. Entretanto, com o contínuo aumento dos juros a partir de abril de 2013, cujos efeitos costumam ocorrer entre seis meses e um ano depois de realizados, as

⁵⁹ Miriam Leirão, “Alta desconfortável”, *O Globo*, 7 fev. 2013. Disponível em: <<http://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/alta-desconfortavel-485606.html>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

⁶⁰ Darlan Alvarenga, “A inflação vai cair no Brasil”, diz Guido Mantega”, *GI*, Economia, 25 abr. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/04/inflacao-vai-cair-no-brasil-diz-mantega.html>>. Acesso em: 31 jul. 2015; Alexandre Martello, “BC sobe juro para 14,25% ao ano e indica manutenção no futuro”, *GI*, Economia, 29 jul. 2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2015/07/na-7-alta-seguida-juro-sobe-para-1425-ao-ano-maior-nivel-desde-2006.html>>. Acesso em: 16 ago. 2015.

⁶¹ Ver André Singer, “O que querem os empresários?”, *Folha de S. Paulo*, 24 ago. 2013, p. A2, em que foi possível registrar os recuos no calor da hora.

⁶² Com respeito à inflação, há uma polêmica que devemos registrar, mas não cabe aprofundar neste espaço, sobre quanto esta teria ficado escondida pela contenção dos preços administrados. De acordo com o economista Fábio Silveira, “entre 2011 e 2013, o atraso médio [com relação aos preços externos] foi de 14,4% ao ano”, no que se refere à gasolina, por exemplo. Disponível em: <<https://fernandonogueiracosta.wordpress.com/2014/03/04/dossie-petrobras-2013/>>. Acesso em: 22 ago. 2015. Outra controvérsia diz respeito ao papel da seca que afetou o Brasil entre 2012 e 2014 na pressão inflacionária. Na prática, a inflação média saiu de um IPCA anual em torno de 5%, no segundo mandato de Lula, para 6% no de Dilma 1.

⁶³ Guido Mantega: “Fizemos o aperto em 2011 supondo que a economia mundial já estava em recuperação. Em 2011 puxamos o freio, dizendo: a gente faz um ajuste e depois retoma. Só que quando foi retomar, no segundo semestre de 2011, já tinha começado a crise europeia”. Cristina Alves et al., “Infraestrutura vai fazer Brasil crescer por uma década”, *O Globo*, 15 set. 2013, p. 31.

perspectivas de crescimento em 2014 estavam anuladas. Em outras palavras, a nova matriz tinha perdido *momentum*.

Enquanto isso, o aumento das críticas ao ativismo estatal por parte das agências internacionais de risco, das instituições oficiais de controle econômico (FMI, Banco Mundial etc.), dos bancos estrangeiros, das corporações multinacionais e de múltiplas vozes nos meios de comunicação de massa ao longo de 2013 e 2014 criavam o clima ideológico necessário para forçar uma virada. Centenas de articulistas e editoriais, milhares de reportagens em veículos nacionais e estrangeiros, milhões de minutos de rádio e TV foram dedicados a mostrar quanto era preciso cortar os gastos ineficientes e “descontrolados” do governo e deixar o mercado funcionar para reordenar o país e retomar o crescimento.

Anotamos alguns poucos exemplos dessa guerra incessante. Em dezembro de 2012, a britânica *The Economist* pede a demissão de Mantega. Em setembro de 2013, uma “special report” da revista volta à carga. Defende a tese de que o Brasil “estragou tudo” o que de bom fora construído nos anos anteriores. A receita que se pode deduzir da leitura da reportagem estaria em diminuir gastos do Estado, reduzir o valor das aposentadorias, cortar impostos e reformar as leis trabalhistas⁶⁴. O *Financial Times*, em março de 2013, publica artigo de página inteira segundo o qual o Brasil voltava ao intervencionismo do passado. Para esse jornal, Dilma buscava “se intrometer em vários setores, desde energia a telecomunicações, numa mistura de incentivos e punições, com ações que vão desde incentivos tributários a medidas para forçar os produtores a baixar os preços”⁶⁵.

Os comentaristas nacionais batiam em teclas análogas. Dilma teria vindo depois de “um longo período de crescimento e mudanças estruturais importantes”, as quais, no entanto, “criaram desequilíbrios de oferta e demanda”⁶⁶.

⁶⁴ “Has Brazil blown it?”, *The Economist*, 28 set. 2013. Disponível em: <<http://www.economist.com/news/leaders/21586833-stagnant-economy-bloated-state-and-mass-protests-mean-dilma-rousseff-must-change-course-has>>. Acesso em: 16 ago. 2015. A revista antecipava tudo o que está em pauta no movimento que está nas ruas para derrubar o governo quando este texto é finalizado (março de 2016).

⁶⁵ “‘Financial Times’ põe em xeque ‘intervencionismo’ brasileiro”, *BBC Brasil*, 26 mar. 2013. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/03/130326_intervencionismo_brasil_ft_press_rw>. Acesso em: 29 maio 2015.

⁶⁶ Luiz Carlos Mendonça de Barros, “Brasil: um ajuste clássico”, *Folha de S. Paulo*, 27 jun. 2014, p. B10.

Para enfrentar a situação, era necessário frear o consumo e o gasto público, pois, do contrário, haveria escalada inflacionária, escrevia, por exemplo, um ex-ministro de FHC. Na visão desses analistas, o abandono do tripé neoliberal – metas de inflação apertadas com juros altos, superávit primário elevado e câmbio flutuante – causara um desarranjo geral, a ser corrigido por medicações ortodoxas. “Foi o forte ajuste monetário e fiscal de 2003 que estabilizou a economia e estabeleceu condições para a expansão econômica”, dizia Henrique Meirelles, ex-presidente do BC sob Lula, para justificar a aplicação da mesma receita⁶⁷. “O desemprego elevado proporcionou mão de obra à economia em expansão”⁶⁸, acrescentava, sugerindo que o efeito se repetiria. O próprio BC de Dilma flertava com produzir “algum desemprego”⁶⁹ para conter a inflação. A imprensa reportava que, desde o final de 2012, Lula sugeria a Dilma substituir Mantega por Meirelles no Ministério da Fazenda. Em junho de 2013, esse cerco rentista recebe inesperado reforço proveniente das ruas. O caráter contraditório das manifestações de junho⁷⁰, iniciadas pela esquerda e engrossadas pelo centro e pela direita, elevou a rejeição à presidente, a obrigando a ceder mais alguns metros de terreno.

Ao perscrutar as motivações envolvidas nas manifestações de junho, verificava-se, também, a presença da visão liberal do Estado como inútil sorvedouro de recursos⁷¹. A crítica ao excesso de ministérios, à ineficiência na saúde e na educação, à corrupção generalizada, estava na cabeça de parcela significativa dos manifestantes. Segundo o Datafolha, 56% dos que foram à avenida Paulista em 20 de junho de 2013 (noite de maior afluxo em São Paulo) giravam em torno do centro ideológico⁷², 10% estavam à direita e 22% à esquerda. Embora o ativismo estatal praticado por Dilma não estivesse diretamente em pauta, parte dos segmentos envolvidos, futuros votantes de Marina Silva e Aécio Neves, acabaram por engrossar a onda em favor de

⁶⁷ Henrique Meirelles, “Debate sem censura”, *Folha de S. Paulo*, 5 jan. 2014, p. A2.

⁶⁸ Idem.

⁶⁹ Ver Cristiano Romero, “Ata do Copom deve falar de inflação de demanda”, *Valor Econômico*, 25 abr. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/valor-investe/casa-das-caldeiras/3100102/ata-do-copom-deve-falar-em-pressao-de-demanda>>. Acesso em: 13 jun. 2015.

⁷⁰ Ver, a respeito, André Singer, “Brasil, junho de 2013. Classes e ideologias cruzadas”, *Novos Estudos*, n. 97, nov. 2013.

⁷¹ Ibidem, p. 37.

⁷² Ibidem, p. 38. Centro: 31%; centro-esquerda: 14%; centro-direita: 11%.

reformas liberalizantes. Dada a presença relevante da classe média, a adesão de membros da nova classe trabalhadora – jovens com acesso ao ensino médio ou universitário, mas em empregos precários e de baixos salários – à agenda liberalizante era plausível.

Em reação à maré de protestos, Dilma propôs a responsabilidade fiscal como o primeiro dos cinco pactos que deveriam reunificar a nação e, de fato, no final de julho de 2013 promoveu um corte de R\$ 10 bilhões no Orçamento de 2013, “em resposta, sobretudo, ao mercado financeiro, que o acusa [o governo] de leniência com a inflação”⁷³. No começo de 2014, o gasto público foi outra vez cortado, abandonando-se o projeto de lei que reduzia as dívidas de estados e municípios. A prefeitura estratégica comandada por Haddad viu-se estrangulada, pondo em perigo o futuro da gestão paulistana. Some-se à contenção dos gastos públicos os juros sempre em elevação e será compreensível que o crescimento do PIB em 2014 tenha sido zero⁷⁴. A condução monetária e fiscal contracionista, junto com a profunda desconfiança da burguesia, anularam as tentativas de elevar o investimento, o qual apresenta queda de 4,4% no ano eleitoral. Com o declínio da atividade econômica, cai a arrecadação, deixando o Estado vulnerável às propostas de ajuste fiscal que se tornarão avassaladoras. A agenda neoliberal ganhava força também junto a Eduardo Campos, candidato do Partido Socialista Brasileiro (PSB) até morrer em um acidente de avião, e depois Marina Silva, que o substituiu, ambos aderindo a pontos como a independência do BC para firmar compromisso com a burguesia que se afastava de Dilma⁷⁵.

Consciente de que o cerco se fechava, Dilma reconhece, já no fim de 2013, que a “guerra psicológica pode inibir investimentos e retardar iniciativas”⁷⁶. Mantega, por sua vez, denuncia a ofensiva dos “segmentos

que perderam dinheiro quando nós baixamos os juros e desvalorizamos o câmbio”⁷⁷. De acordo com os idealizadores do ensaio desenvolvimentista, no entanto, apesar das enormes pressões vividas, ao manter as políticas de estímulo ao investimento, como a desoneração da folha de pessoal, o IPI reduzido para os bens duráveis, o Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI) e o aporte para o Minha Casa Minha Vida, seria possível manter duas conquistas: a estabilidade do pleno emprego e a elevação da massa salarial. “Recessão é quando se tem desemprego aumentando e renda caindo. Aqui é o contrário. Para o trabalhador, é como se não houvesse crise internacional”, afirmava Mantega ainda em agosto de 2014⁷⁸.

Com efeito, o emprego e o salário mantidos permitiram que, na campanha, o discurso de Dilma convencesse os setores progressistas e o eleitorado popular de que ela tinha condição e disposição de evitar o choque neoliberal encampado pelo PSDB, retomando a agenda da nova matriz. “Eles [...] querem trazer de volta a recessão, o desemprego, o arrocho salarial, o aumento da desigualdade e toda a submissão que o Brasil tinha no passado ao Fundo Monetário Mundial”, afirmava Dilma, referindo-se aos tucanos⁷⁹.

A propaganda dilmista insistia em que o rumo não seria alterado e, às vésperas do primeiro turno, Mantega chegou a garantir a continuidade do projeto: “A política desenvolvimentista continua. A presidente Dilma não fará uma política neoliberal, uma política conservadora. Sabemos que foi praticada no passado e não deu certo”⁸⁰. No entanto, reeleita pela reduzida margem de quatro pontos percentuais, a presidente fez exatamente o contrário, dando um cavalo de pau que deixou a esquerda perplexa.

⁷³ André Barrocal, “Arno não é mais uma Brastemp”, *Carta Capital*, n. 759, 31 jul. 2013, p. 37.

⁷⁴ “Importante no PIB, investimento de empresas cai há 6 trimestres seguidos”, *UOL*, 27 mar. 2015. Disponível em: <<http://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2015/03/27/importante-no-pib-investimento-de-empresas-cai-ha-6-trimestres-seguidos.htm>>. Acesso em: 2 ago. 2015.

⁷⁵ Ver André Singer, “Apertem os cintos!”, cit.

⁷⁶ Ricardo Brito e Adriana Fernandes, “Na TV, Dilma diz que ‘guerra psicológica’ inibe investimentos”, *O Estado de S. Paulo*, 29 dez. 2013. Disponível em: <<http://politica.estadao.com.br/noticias/geral,na-tv-dilma-diz-que-guerra-psicologica-inibe-investimentos,1113419>>. Acesso em: 28 jul. 2015.

⁷⁷ João Villaverde e Ricardo Leopoldo, “Ordem neste ano e nos próximos é não fazer operação que não pareça correta”, *O Estado de S. Paulo*, 15 dez. 2013, p. B1, B3.

⁷⁸ Camilla Veras Mota e Lucinda Pinto, “Para Mantega, não dá para falar que Brasil está em recessão”, *Valor Econômico*, 29 ago. 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3673532/para-mantega-nao-da-para-falar-que-brasil-esta-em-recessao>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

⁷⁹ Marcos de Moura e Souza, “Dilma diz que PSDB quer ‘trazer de volta recessão e desemprego’”, *Valor Econômico*, 30 maio 2014. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/politica/3569748/dilma-diz-que-psdb-quer-trazer-de-volta-recessao-e-desemprego>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

⁸⁰ Alexandro Martello, “Mantega diz que política econômica segue mesmo sem ele em 2º mandato”, *GI, Economia*, 2 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2014/10/mantega-diz-que-politica-economica-segue-mesmo-sem-ele-em-2-mandato.html>>. Acesso em: 30 ago. 2015.

A cronologia e a psicologia dessa guinada não foram devidamente esclarecidas. Sabe-se que, depois de receber um não do banqueiro Luiz Carlos Trabuco, presidente do Bradesco, Dilma anuncia Joaquim Levy, quadro subordinado do banco indicado por Trabuco. Em março de 2015, Dilma justificou “mudar de método e buscar soluções mais adequadas ao atual momento”⁸¹ como consequência da duração inesperada da crise mundial e da extraordinária seca no Brasil. Em função delas, os recursos públicos, gastos para preservar o emprego e a renda, teriam se esgotado, impondo agora “sacrifícios temporários para todos”⁸². Mas teria o dinheiro terminado justo no dia da reeleição, de modo a explicar uma alteração de discurso da noite para o dia? Passados alguns meses, Dilma, pressionada pela direita, reconhecia “ter demorado para perceber que a situação podia ser mais grave do que imaginávamos. E, portanto, talvez nós tivéssemos de ter começado a fazer uma inflexão antes”, tentando explicar o discurso usado durante a campanha⁸³. Será que a suposta consciência do “grave” quadro teria baixado, como um transe, quando as urnas foram abertas, uma vez que na segunda-feira pós-eleição vazava para a imprensa que se buscava um ministro da Fazenda no mercado⁸⁴?

Quatro fatores explicativos

A explicação para o recuo do ensaio desenvolvimentista está, a nosso ver, no deslocamento da burguesia industrial, que a partir de 2012 começa gradualmente a sair da coalizão produtivista e passar para a rentista⁸⁵. Mas o que explica tal deslocamento, quando todas as reivindicações haviam sido atendidas? Dentre a profusão de aspectos que podem ser considerados, achamos necessário destacar quatro.

⁸¹ “Leia íntegra do discurso de Dilma no Dia Internacional da Mulher”, *Folha de S. Paulo*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/03/1599999-leia-a-integra-do-discurso-de-dilma-no-dia-internacional-da-mulher.shtml>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

⁸² Idem.

⁸³ Natuza Nery, “Dilma afirma que errou na avaliação da economia”, *Folha de S. Paulo*, 25 ago. 2015, p. A6.

⁸⁴ Andréia Sadi et al., “Dilma decide buscar nome para Fazenda no mercado”, *Folha de S. Paulo*, 28 out. 2014, *Eleições*, p. 1.

⁸⁵ Para uma análise detalhada das coalizões e seu movimento pendular, ver André Singer, “Cutucando onças com varas curtas”, *Novos Estudos*, n. 102, jul. 2015.

1. Certas características estruturais da burguesia industrial brasileira causam fragilidade na coalizão produtivista. De um lado, a financeirização do capitalismo teria levado à mistura entre capital da indústria e das finanças. Diversas rubricas produtivas caíram sob o controle de bancos e fundos de investimento. De outro, de acordo com o economista Guilherme Mello, “após décadas de taxas de juros irreais, o conjunto do empresariado brasileiro, seja ele produtivo ou financeiro, imiscui-se em atividades puramente rentistas, se valendo da certeza de ganhos elevados em investimentos seguros e de elevada liquidez”⁸⁶. Exemplo flagrante seriam as dificuldades atravessadas por empresas produtivas brasileiras durante o estrangulamento financeiro mundial de 2008. Fortemente comprometidas com operações especulativas, viram-se em apuros quando os mercados entraram em convulsão.

A dupla condição de industriais e rentistas restringiria o grau de empenho na plataforma produtivista. Como capitão de indústria, deseja crédito barato, portanto, redução dos juros. Todavia, como proprietário de conglomerado que é também financeiro, aspira a juros altos, que remunerem o dinheiro aplicado. O caráter predominantemente produtivo da atividade que exerce implica impulso para a aliança com os trabalhadores, mas o vínculo com o componente financeiro dos lucros faz com que esse impulso tenha curta duração. O resultado seria um baixo compromisso com a redução do ganho financeiro.

2. O avanço da intervenção estatal provocou expansão dos postos de trabalho formais. As taxas de desocupação no período foram baixas, próximas a 4,5% entre 2011 e 2014. Em decorrência disso, conforme lembrou o economista Fernando Rugitsky a partir do raciocínio que Michal Kalecki (1899-1970) publicou em 1943, os empresários tenderam a se afastar⁸⁷. Kalecki afirma que o pleno emprego mantido pelo governo tira dos empresários um instrumento decisivo para mandar na política econômica, a saber, justamente a ameaça do desemprego. Num contexto liberal, se os empresários “perdem a confiança”, param de investir e o emprego cai. Então, o governo é obrigado a mudar. Mas, se o pleno emprego é sustentado por verbas públicas, então esse poder de pressão cessa. Para revogar o arcabouço estatal que sustenta o pleno

⁸⁶ Guilherme Mello, “Percalços da transformação monetária e a nova contrarrevolução liberal conservadora”, Fundação Perseu Abramo, out./nov. 2013, mimeo.

⁸⁷ Fernando Rugitsky, “Do ensaio desenvolvimentista à austeridade: uma leitura Kaleckiana”, *Carta Maior*, 8 maio 2015. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Do-Ensaio-Desenvolvimentista-a-austeridade-uma-leitura-Kaleckiana/7/33448>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

emprego, a burguesia usaria a “greve de investimentos”. Talvez não seja casual que as inversões tenham estagnado de 2011 a 2013, vindo a cair em 2014⁸⁸.

Em segundo lugar, o pleno emprego deu musculatura aos sindicatos, o que resultou na contínua elevação do número de greves. As paralisações, que já vinham subindo desde 2008, atingiram quase 87 mil horas em 2012, o maior índice desde 1997⁸⁹. Depois, continuaram a crescer, batendo 111 mil horas paradas em 2014⁹⁰. Em número de greves, houve 873 em 2012 com um salto para 2.050 em 2013⁹¹. O sociólogo Ruy Braga observa que o pico anterior do total anual havia ocorrido em 1989, com 1.962 greves. A expressiva quantidade no primeiro mandato de Dilma, conforme tem assinalado Braga, seria motivo suficiente para afastar o capital do trabalho, desfazendo a coalizão produtivista⁹².

Na mesma direção, cumpre assinalar que o salário médio real teve aumento de 13% entre 2011 e 2013⁹³. Considerando-se a pressão de custos, decorrente da inflação e da desvalorização cambial, somada ao desaquecimento da economia, segmentos empresariais começaram a se queixar da elevada parcela do faturamento destinado a remunerar o trabalho. Reunidos os três fatores – perda de controle sobre a política econômica com o pleno emprego, incremento do número de greves e ascensão dos rendimentos do trabalho –, faz sentido pensar que a oposição dos industriais ao ensaio desenvolvimentista esteja diretamente ligada à luta de classes.

⁸⁸ Idem. O desemprego caiu de 5,3% em 2010 para 4,7% em 2011, para 4,6% em 2012 e para 4,3% em 2013 e 2014 (medida pelo IBGE em dezembro de cada ano). Para uma análise completa da questão do investimento, deve-se lembrar que a Petrobras, fonte fundamental de investimento no país, aplicou menos em 2014.

⁸⁹ Dieese, “Balanço das greves em 2012”, *Estudos e Pesquisas*, n. 66, maio 2013. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/balancodasgreves/2012/estPesq66balancogreves2012.pdf>>. Acesso em: 29 jul. 2015.

⁹⁰ Idem, “Balanço das greves em 2013”, *Estudos e Pesquisas*, n. 79, dez. 2013.

⁹¹ No momento em que este capítulo era concluído, os números de 2014 ainda não estavam consolidados pelo Dieese, mas é possível que superem os de 2013. Braga observa que o pico anterior do total anual ocorreu em 1989, com 1.962 greves.

⁹² Ruy Braga, comunicação pessoal, Cenedic, 26 jun. 2015.

⁹³ Ver dados do IBGE em Bruno Villas Bôas, “Desemprego nas metrópoles sobe a 6,9% em junho, maior taxa desde 2010”, *Folha de S. Paulo*, 23 jul. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2015/07/1659358-desemprego-nas-metropoles-sobe-a-69-em-junho-maior-taxa-desde-2010.shtml>>. Acesso em: 27 fev. 2016. Cálculo nosso (AS) a partir do salário médio real em 6 jan. 2011 e 11 jan. 2014.

3. As relações entre a burguesia interna e o capital internacional se transformaram a partir da crise de 2008. De acordo com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, o resultado das mudanças será um mundo dominado pela “coexistência competitiva” de dois gigantes: Estados Unidos e China. Daí a onda liderada pelos norte-americanos, na qual “Canadá, México, Argentina e Brasil podem ter um lugar ao sol”⁹⁴. Mas, para isso, o país precisaria optar claramente pelos Estados Unidos e descartar a China⁹⁵.

A análise de FHC está em linha com o que se vem discutindo na TTIP, sigla para Transatlantic Trade and Investment Partnership, algo como Parceria Transatlântica sobre Comércio e Investimento⁹⁶. A TTIP é um “acordo de livre-comércio negociado desde julho de 2013 pelos Estados Unidos e pela União Europeia, visando criar o maior mercado do mundo, com mais de 800 milhões de consumidores”⁹⁷. Seria a saída do Ocidente diante da irresistível ascensão do par China-Índia⁹⁸. Um ponto nevrálgico é que o TTIP “prevê submeter as legislações em vigor dos dois lados do Atlântico às regras do livre-comércio, que correspondem na maioria das vezes às preferências das grandes empresas europeias e norte-americanas”⁹⁹. Pode-se imaginar quais camadas sociais tais “inovações” beneficiariam, e quais prejudicariam. De acordo com Wolf Jäcklein, da Confédération Générale du Travail (CGT) francesa, uma das ameaças do TTIP seria o “não respeito dos direitos fundamentais do trabalho”¹⁰⁰.

Ao que parece, a iniciativa do TTIP encontrou boa repercussão nos meios industriais brasileiros. Pedro Passos, ex-presidente do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), que vem se batendo pela reinclusão do Brasil nas cadeias produtivas globais, argumenta que

⁹⁴ Fernando Henrique Cardoso, “Sem disfarce nem miopia”, *O Estado de S. Paulo*, 3 mar. 2013, p. A2.

⁹⁵ Idem, “Mudar o rumo”, *O Globo*, 5 fev. 2014, p. 13.

⁹⁶ Ver Serge Halimi, “As potências redesenham o mundo”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 83, jun. 2014, p. 10-11; Raoul Marc Jennar e Renaud Lambert, “Descobrimos o tratado”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 84, jul. 2014, p. 11.

⁹⁷ Raoul Marc Jennar e Renaud Lambert, “Descobrimos o tratado”, cit.

⁹⁸ Convém notar, também, a aproximação entre Rússia e China no contexto do reordenamento global.

⁹⁹ Raoul Marc Jennar e Renaud Lambert, “Descobrimos o tratado”, cit.

¹⁰⁰ Wolf Jäcklein, “... e dez ameaças aos europeus”, *Le Monde Diplomatique Brasil*, n. 84, jul. 2014, p. 13.

o isolamento internacional do Brasil poderá se aprofundar caso o país não se integre à tendência de mega-acordos, desencadeada em 2011 com o lançamento da TPP (Trans-Pacific Partnership), que envolve Estados Unidos e outros onze países de três continentes, e com a TTIP (Transatlantic Trade and Investment Partnership), reunindo EUA e União Europeia.¹⁰¹

É possível, também, que essa reorganização das relações internacionais tenha coincidido com a ofensiva chinesa sobre o mercado brasileiro de produtos manufaturados, provocando reação defensiva dos setores atingidos. Com efeito, há relatos segundo os quais a ameaça chinesa mobilizou segmentos industriais na primeira metade do governo Dilma.¹⁰²

De acordo com a visão ocidentalista, o Mercosul não seria suficiente para tirar o Brasil do isolamento decorrente do não alinhamento com o bloco norte-americano. Não por acaso, dois ministros de Dilma 2 emitiram em 2015 declarações contra o Mercosul e a favor de reaproximação com os Estados Unidos. Roberto Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos, afirmou que “o Mercosul é um corpo sem espírito” e que com os Estados Unidos “podemos fazer acordos sob vários aspectos”.¹⁰³ Armando Monteiro, ministro do Desenvolvimento (e ex-presidente da Confederação Nacional da Indústria – CNI), disse que os Estados Unidos “representam a maior oportunidade para o incremento das exportações brasileiras” e defendeu não ficar amarrado só ao Mercosul.¹⁰⁴

Vale recordar que em 2003, setores da indústria brasileira haviam apoiado a orientação lulista de bloquear a Área de Livre-Comércio das Américas (Alca) e investir no relacionamento Sul-Sul, criando vínculo privilegiado com o Mercosul e a China. No final de 2013, entretanto, o presidente da

¹⁰¹ Pedro Passos, “O Brasil não pode ser uma ilha”, *Folha de S. Paulo*, 17 jan. 2014. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/pedropassos/2014/01/1398869-o-brasil-nao-pode-ser-uma-ilha.shtml>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

¹⁰² O cientista político Danilo Martuscelli tem alertado para esse fator (comunicação pessoal, 4 jan. 2016).

¹⁰³ Eliane Oliveira, “Mercosul é ‘corpo sem espírito’ e foco deve ser EUA, diz Mangabeira Unger”, *O Globo*, 9 maio 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mercosul-corpo-sem-espírito-foco-deve-ser-eua-diz-mangabeira-unger-16105668>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

¹⁰⁴ “Entrevista com o ministro Armando Monteiro Neto”, *Brasil 247*, 14 jan. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil247.com/pt/247/economia/166612/Armando-ao-247-%27EUA-s%C3%A3o-grande-oportunidade%27.htm>>. Acesso em: 6 jun. 2015.

CNI, Robson Andrade, falando a empresários norte-americanos em Denver, afirmou que o Brasil deveria fechar acordo de livre-comércio com os Estados Unidos, deixando o Mercosul em segundo plano¹⁰⁵. Segundo esclarece o presidente da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee), Humberto Barbato, “mudamos o posicionamento. Há dez anos éramos refratários. [...] Agora estamos isolados, o Brasil está fora das cadeias de valor, *daqui a pouco estaremos parecidos com países da antiga Cortina de Ferro*”¹⁰⁶.

Numa visão diametralmente oposta, mas que também privilegia a variável externa, Sampaio Jr. entende que Dilma subestimou o poder do constrangimento internacional. Para compensar a retração das exportações com a ampliação do mercado interno, como fez a China depois de 2008, o Brasil precisaria “romper com os parâmetros da ordem global”, de acordo com o economista. Seria necessário limitar o movimento dos capitais, obrigando-os a investimentos de interesse nacional. Na ausência de controle, os investidores buscariam plataformas de ganho na “especulação urbana, fundiária e mercantil, fomentando a concentração de capital e pressionando o Estado por novas rodadas de privatização da infraestrutura e dos serviços públicos”¹⁰⁷.

4. Para Bresser-Pereira, os empresários, mesmo os produtivos, são sensíveis aos argumentos propalados pelo pensamento rentista¹⁰⁸. Conforme indicamos acima, a coalizão rentista mobilizou extenso aparato de formulação e divulgação de ataques ao ensaio desenvolvimentista. “Diante do fracasso da política industrial e do baixo crescimento causado pela sobreapreciação cambial de longo prazo existente no Brasil, a burguesia rentista e seus economistas liberais buscaram cooptar para a sua causa os empresários, embora seus interesses sejam conflitantes”, registra Bresser-Pereira¹⁰⁹.

¹⁰⁵ Patrícia Campos Mello, “Indústria brasileira propõe firmar acordo de livre-comércio com os EUA”, *Folha de S. Paulo*, 14 nov. 2013. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2013/11/1371141-industria-brasileira-propoe-firmar-acordo-de-livre-comercio-com-eua.shtml>>. Acesso em: 13 ago. 2015.

¹⁰⁶ Idem, grifo nosso.

¹⁰⁷ Plínio de Arruda Sampaio Jr., “2013: o gato subiu no telhado”, *Jornal dos Economistas* (Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro), n. 282, jan. 2013. Disponível em: <[http://www.corecon-rj.org.br/documents/11827/13953/Janeiro++2013+\(n%C2%BA282\)/1da4d5eb-89ab-4c6a-a2a9-45d11cd1baef?version=1.1](http://www.corecon-rj.org.br/documents/11827/13953/Janeiro++2013+(n%C2%BA282)/1da4d5eb-89ab-4c6a-a2a9-45d11cd1baef?version=1.1)>. Acesso em: 7 ago. 2015.

¹⁰⁸ Luiz Carlos Bresser-Pereira, “Governo, empresários e rentistas”, *Folha de S. Paulo*, 2 dez. 2013, p. A14.

¹⁰⁹ Idem.

Sob o guarda-chuva do *anti-intervencionismo*, juntaram-se acusações de incompetência, arbítrio, autoritarismo e corrupção – não se deve esquecer que o julgamento do mensalão ocupou enorme espaço midiático em 2012/2013 – à administração Dilma.

É necessário considerar, também, que a piora das condições objetivas potencializou o efeito ideológico. O baixo crescimento do PIB em 2012 e certa pressão inflacionária forneceram combustível para argumentos antidesenvolvimentistas¹¹⁰. Se as camadas populares ficaram relativamente infensas ao bombardeio midiático em torno do baixo crescimento e do aumento de preços – uma vez que emprego e renda estavam preservados –, é razoável imaginar que a classe média tradicional, e talvez os industriais, que lhe são próximos, tenham sido por ele influenciados.

No caso específico dos empresários, um elemento de maior importância objetiva pode ter sido a oscilação no lucro. Segundo a CNI, houve queda generalizada da margem de ganho em 2012, com alguma recuperação em 2013 e nova queda em 2014¹¹¹. O encarecimento da mão de obra, que não teria podido ser repassado aos preços devido ao desaquecimento econômico, explicaria, ao menos em parte, a redução da lucratividade. Entende-se, no contexto, que a perspectiva neoliberal de diminuir salários e direitos tenha se tornado atraente.

Conclusões

Os quatro fatores acima não são excludentes. Ao longo de muitos meses, entre 2011 e 2012, a presidente, em pessoa, por exemplo, dedicou-se ao microgerenciamento dos projetos de ferrovias e rodovias envolvidos no

¹¹⁰ Sobre a inflação, ver nota 62.

¹¹¹ Laís Alegretti, “Custo pressionou indústria em 2012 e reduziu margem de lucro”, *O Estado de S. Paulo*, 14 mar. 2013. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,custo-pressionou-industria-em-2012-e-reduziu-margem-de-lucro,147198e>>. Acesso em: 29 maio 2015. Bresser-Pereira assinala, igualmente, que a desvalorização do real não havia sido suficiente para tornar competitivos os produtos fabricados no Brasil, o que prejudicou os lucros. Sobre 2013 e 2014, ver: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2014/03/1,34219/custos-sobem-menos-e-industria-recupera-em-2013-parte-da-reducao-da-margem-de-lucro.html>>; e <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/imprensa/2015/04/1,60059/custos-da-industria-em-2014-foram-puxados-por-gastos-com-a-producao-e-capital-de-giro.html>>. Acesso em: 22 ago. 2015.

Programa de Investimentos em Logística (PIL). Desejava garantir que as concessões a serem realizadas, por meio de parcerias público-privadas, não resultassem em privatização. Ao mesmo tempo, pretendia que houvesse limitação do lucro, por meio da chamada “modicidade tarifária”. Princípios semelhantes foram aplicados para impor limites de ganho às empresas envolvidas na produção de energia elétrica, quando se decidiu reordenar o setor em 2012, conforme descrito acima.

Nos dois casos, certamente movida pelo interesse público, a mandatária feriu interesses privados que começaram a se unir ao bloco rentista no momento em que a “batalha do spread” motivava crescentes ataques do setor financeiro ao “intervencionismo”. Em outras palavras, ao mesmo tempo que conduzia uma luta gigantesca contra o núcleo do capital, se indis pôs com franjas produtivas, sem atentar que o movimento pretendido precisaria de forte apoio social.

A *quantidade* de interesses empresariais contrariados catalisou a solidariedade intercapitalista na linha do “hoje foi ele, amanhã posso ser eu”. Em consequência, acabou por ligar o conjunto do capital contra a nova matriz, sem que os comandantes do experimento tenham dado sinais de percebê-lo.

Ao núcleo rentista (interno e externo), insatisfeito desde a “batalha do spread”, foram se juntar, sucessivamente, os importadores, descontentes com a desvalorização do real e as barreiras aos produtos importados; as empreiteiras, descontentes com a “modicidade tarifária”; as empresas do setor elétrico, insatisfeitas com a MP 579; os grupos prejudicados com o aumento da competição no setor portuário; os produtores de álcool, prejudicados pela baixa competitividade do etanol em virtude da opção por retirar a Cide (Contribuições de Intervenção sobre o Direito Econômico) e segurar o preço da gasolina; o agronegócio, desconfiado de que tenderia a ser mais tributado¹¹²; setores da indústria automotiva, descontentes com as

¹¹² Apesar de ter ganhos com a desvalorização da moeda nacional, o agronegócio, segundo Bresser-Pereira, também se alinharia com o antidesenvolvimentismo. Segundo o ex-ministro, para aumentar a desvalorização do real a ponto de “que a taxa de câmbio se aproxime do nível de equilíbrio industrial”, os exportadores de *commodities* acabariam por ser obrigados a aceitar um imposto variável sobre suas exportações, de modo a evitar o excesso de entrada de moeda estrangeira. “O poder dos exportadores tem impedido que se imponha” essa alternativa, diz o autor. Ver Luiz Carlos Bresser-Pereira, “O governo Dilma frente ao ‘tripé macroeconômico’ e à direita liberal e dependente”, cit., p. 11.

dificuldades de importação de peças e veículos; empresas aéreas, insatisfeitas com as novas regras vigentes nos aeroportos; empresas de celular, punidas por falta de investimento; a classe média tradicional, irritada com a alta do preço dos serviços, das viagens ao exterior e dos importados; os industriais, afetados pelas políticas pró-trabalho.

Cada setor que se sentia prejudicado aderiu à cantilena do intervencionismo, adensando a oposição rentista, até que em certo momento a frente antidesenvolvimentista englobou o conjunto da burguesia, contando com o suporte fervoroso da classe média tradicional. Pode-se supor que, embora a redução de juros e o lançamento dos pacotes de transportes e de energia obtivessem aplausos do campo industrial, por baixo das manifestações simpáticas começava a fermentar a rejeição ao longo de 2012. A remodelação do setor elétrico, que demonstrou a capacidade de o Estado intervir de maneira firme, teria, então, catalisado as desconfianças dispersas. Bom conhecedor do assunto, o ex-ministro Delfim Netto afirmava, no final de 2012, que os empresários haviam se convencido de que “a política do governo objetiva ampliar a sua ação, fixar preços, regular e controlar a atividade privada, ampliar a ‘estatização de setores estratégicos’”¹¹³. Enfim, o inaceitável. Decidiram, então, afastar-se de Dilma¹¹⁴.

Se observarmos as quatro alternativas da seção anterior, veremos que elas são complementares. O fato de a camada industrial ter ao mesmo tempo um lado rentista a torna mais sensível à ideologia neoliberal, apesar de essa orientação objetivamente prejudicar suas atividades produtivas. O mesmo se aplica ao aguçamento da luta de classes (greves), ao aumento do salário real e à perda de poder resultante do pleno emprego: tornam mais sedutores aos industriais os argumentos do neoliberalismo. Some-se à natural capacidade de resistência e fuga dos interesses contrariados (o setor financeiro e o

capital externo) a pluralidade de camadas prejudicadas e entende-se que as onças cutucadas, sendo muitas e atizadas por farto material de imprensa, aos poucos formaram o cerco feroz que engoliu a nova matriz. Caso estivesse disposta a comprar tal briga até o fim, Dilma teria que mobilizar extensas camadas populares para sustentar ofensiva tão ampla. Só com uma sólida aliança interclassista e/ou intensa mobilização dos trabalhadores e camadas populares seria possível conter as feras.

Um fator adicional diz respeito aos desdobramentos da Operação Lava Jato. Desencadeada em março de 2014, ela enfraqueceu a presidente, diminuindo as chances de resistência ao crescente cerco neoliberal, caso houvesse intenção de fazê-lo. Apenas quatro meses depois da primeira prisão de José Dirceu, ocorrida na simbólica data da proclamação da República em 2013, condenado por corrupção ativa no processo do mensalão, uma série de detenções ordenadas desde a capital do Paraná começava a recolocar o Partido dos Trabalhadores no centro de outro escândalo político-midiático, desta vez muito maior. Somados os dois casos, o PT passaria uma década sistematicamente exposto como o partido mais corrupto do país¹¹⁵.

Na versão de Deltan Dallagnol, designado para coordenar a força-tarefa do Ministério Público Federal (MPF) na Lava Jato, a investigação paranaense teria começado apenas para desarticular quatro organizações que tinham como finalidade a lavagem de dinheiro. De acordo com Dallagnol, foi por acaso, em meio a um monitoramento telefônico, que os investigadores descobriram que o doleiro Alberto Youssef havia “doador” um carro de luxo para o ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa.

Na vertigem de revelações quase diárias, o montante dos desvios detectados foi inédito. Em abril de 2015, a Petrobras contabilizou R\$ 6,2 bilhões perdidos, referentes a projetos fechados entre 2004 e 2012. Até outubro de 2015, a Lava Jato tinha conseguido acordos para recuperar, ao que consta, mais de R\$ 2 bilhões desse montante para os cofres públicos. Não espanta que os rapazes de Curitiba tenham virado heróis da classe média e, quiçá, de áreas populares. Nas delações premiadas do doleiro Alberto Youssef, do ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco e do empreiteiro Augusto Mendonça Neto, eles afirmam ter repassado ao PT dinheiro que provinha de propinas pagas por sobrepreço de obras realizadas para a estatal.

¹¹³ Antônio Delfim Netto, “Voltarão os investimentos?”, *Valor Econômico*, 4 dez. 2012, p. A11.

¹¹⁴ Convém observar, também, que o episódio apelidado pela imprensa de “contabilidade criativa”, no qual o governo supostamente teria praticado manobras contábeis para aumentar de maneira artificial o superávit primário de 2012, ganhou, à força de repetição na mídia, foros de realidade, por mais que as autoridades econômicas negassem qualquer irregularidade. Ver “Revista ‘Economist’ faz críticas à ‘contabilidade criativa’ do Brasil”, *GI, Economia*, 18 jan. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/01/revista-economist-faz-critica-contabilidade-criativa-do-brasil.html>>. Acesso em: 12 set. 2015.

¹¹⁵ Sigo aqui a argumentação exposta em André Singer, “O lulismo nas cordas”, *Piauí*, n. 111, dez. 2015.

Em resumo, convém considerar o momento difícil vivido pelo governo Dilma a partir de março de 2014 no plano jurídico como um obstáculo a mais para o êxito do experimento desenvolvimentista. Dilma havia cedido na elevação da taxa de juros (abril de 2013) e depois no corte do gasto público (segundo semestre de 2013). Em março de 2014, com o início da Lava Jato, perdeu as últimas possibilidades que lhe restavam para articular uma retomada da nova matriz. A variedade de fatores contrários ao êxito do experimento desenvolvimentista mostra que Dilma precisaria ter escolhido uma frente prioritária de luta, adiando as demais a fim de manter os flancos protegidos. A presidente, ao contrário, abriu diversos focos simultâneos de conflito. Em segundo lugar, deveria ter mobilizado as camadas populares para apoiar as iniciativas que tomara, se desejava ganhar politicamente a batalha que iniciou. Mas a cronologia do período 2011-2014 revela a ocorrência de uma guerra oculta, à qual a classe trabalhadora permaneceu alheia.

É plausível que Dilma tenha sido vítima de ilusão de ótica semelhante à que engolfou o nacionalismo dos anos 1950/1960¹¹⁶. Ao atender os reclamos da burguesia industrial, imaginou que teria seu respaldo no momento em que os grupos contrariados reagissem. Na hora H, contudo, foi por ela abandonada. O desconhecimento prático dos ensinamentos antigos teria feito com que, como em 1964, as camadas populares não tenham sido mobilizadas para defender a nova matriz quando a burguesia abandonasse o barco. Mais uma vez, o *mecanismo burguês pendular* de estimular o Estado a intervir e depois colocar-se na oposição a ele ficou sem a contrapartida dos trabalhadores. Para cutucar aquelas onças, a presidente precisaria ter varas muito mais longas.

TERRA EM TRANSE

O FIM DO LULISMO E O RETORNO DA LUTA DE CLASSES

Ruy Braga

Apresentação

Em geral, as análises da atual crise pela qual o país atravessa costumam enfatizar os “erros” promovidos pelo governo de Dilma Rousseff na condução da política econômica herdada do governo de Lula da Silva. Muito frequentemente, é possível observar opiniões creditando o desarranjo da economia à tendência do governo Dilma de controlar preços estratégicos, administrar custos empresariais, diminuir artificialmente os juros, interferir na margem de lucro e descuidar do controle da inflação. Em suma, o principal fluxo das análises avança na direção de creditar ao modo de regulação das relações sociais de produção capitalista a razão última do desarranjo geral do regime de acumulação pós-fordista e financeirizado do país.

Se bem é verdade que certas decisões políticas tendem a interferir na dinâmica do conflito distributivo, em especial aquelas relativas à desoneração da folha de pagamentos das empresas e à administração do preço da gasolina e da energia elétrica, parece-nos claro que o foco na regulação política é demasiadamente estreito para iluminar a complexidade da crise atual. Em primeiro lugar, essas explicações não são capazes de revelar as modificações na estrutura de classes ocorridas durante os últimos treze anos no Brasil. Sem mencionar os efeitos da crise econômica internacional, algo que foge totalmente ao escopo deste capítulo, elas falham em explicar como *o aprofundamento das tensões entre a regulação política e a acumulação econômica enfraqueceu progressivamente a habilidade do governo federal em pacificar os conflitos sociais*.

O propósito deste capítulo é indicar por meio da análise da evolução do comportamento político das classes sociais subalternas como a tensão

¹¹⁶ Uma das melhores análises do assunto pode ser encontrada em Fernando Henrique Cardoso, *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil* (São Paulo, Difel, 1964).